

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.380 - MG (2019/0302671-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA**  
**ADVOGADO : HEULER CHARLY DE PAIVA SOUZA - MG139707**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ABDIAS FIGUEIREDO NETO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ABDIAS FIGUEIREDO NETO, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.128440-5/000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso nos artigos 162, 180-A e 288, todos do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustenta o impetrante que o magistrado singular e a autoridade impetrada afirmaram que foi imputada ao acusado a prática do delito previsto no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, o que demonstraria a ilegalidade de sua custódia, uma vez que não foi denunciado pelo aludido ilícito.

Alega que o réu já teria sido denunciado pelos mesmos fatos em comarca diversa, na qual responde ao processo em liberdade ante o pagamento de fiança, circunstância que reforçaria a impossibilidade de manutenção de sua segregação antecipada.

Argumenta que os crimes de supressão e alteração de marca e de associação criminosa não permitiriam, por si sós, a constrição antecipada, uma vez que o primeiro é apenado com detenção, e a sanção máxima prevista para o segundo é de 3 (três) anos de reclusão.

Aduz que não haveria justa causa para a persecução criminal quanto aos delitos previstos nos artigos 162 e 288 do Estatuto Repressivo.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente e a suspensão do processo na origem, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a medida de urgência seja confirmada, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a autoridade impetrada consignou que "*em relação ao pedido*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de trancamento da ação penal, bem como em relação ao reconhecimento da configuração de bis in idem", "não é possível realizar tais constatações em sede liminar, devendo-se aguardar o julgamento final desta ordem para que seja feita uma leitura mais acurada dos elementos trazidos aos autos" (e-STJ fls. 47/48).*

Tal entendimento se encontra em consonância com a jurisprudência deste Sodalício, que já decidiu que *"deve ser mantida, por seus próprios fundamentos, a decisão monocrática em que se indefere medida liminar em habeas corpus, no qual se pretende o reconhecimento de nulidade alegada e a suspensão do julgamento dos embargos infringentes no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que o pedido liminar se mostra incompatível com o juízo antecipado e superficial, além de do pleito se confundir com o mérito da impetração"* (AgRg no HC 420.561/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018).

Considerou que *"estão presentes o fumus commissi delicti (prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria) e o periculum libertatis (perigo de permanência do suspeito em liberdade, nos termos do art. 312 do CPP), a justificar a manutenção da prisão preventiva do paciente", pois "a ilustre autoridade coatora consignou, em sua decisão, os motivos que a levaram decretar a prisão preventiva do paciente, sobretudo para a garantia da ordem pública, haja vista que os investigados encontram-se envolvidos com a prática de vários crimes patrimoniais praticados na zona rural desta e de outras comarcas, atemorizando os cidadãos que nesta região vivem e prejudicando a ordem social e econômica desta localidade, haja vista ser a atividade agropecuária de suma importância para o desenvolvimento da região e a ação dos representados estaria, em tese, prejudicando os produtores rurais, oferecendo risco à ordem econômica, também"* (e-STJ fl. 48).

Concluiu que *"estão demonstradas as razões legais que motivaram a imposição da prisão processual, notadamente na garantia da ordem pública, satisfazendo o disposto no art. 312 do CPP, o que afasta, por ora, as alegações defensivas"* (e-STJ fl. 48).

Assentou que *"os crimes previstos no art. 155, §4º, IV e no art. 288, do Código Penal, imputados ao paciente, possuem pena máxima superior a 04 (quatro) anos, encontrando-se, portanto, preenchido os requisitos do artigo 313, incisos I, do Código de Processo Penal"* (e-STJ fl. 48).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Quanto ao ponto, é necessário registrar que o fato de a autoridade impetrada haver mencionado que o paciente foi denunciado pelo crime de furto qualificado e não de receptação, como consta da denúncia, é insuficiente para que se possa considerar a manutenção de sua custódia ilegal, uma vez que se trata de erro material, que, por si só, não tem o condão de anular o decreto construtivo.

Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça que *"o trancamento da ação penal na via estreita do habeas corpus somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito"* (AgRg no RHC

# *Superior Tribunal de Justiça*

101.388/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 30/08/2019), sendo certo que "o Supremo Tribunal Federal - STF entende que 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/2/2009)" (HC 497.580/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 02/10/2019), circunstâncias que afastam a plausibilidade jurídica do pleito ora formulado, reforçando a impossibilidade de conhecimento deste remédio constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator